

**O DISCURSO DA NEUTRALIDADE NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
NUMA ANÁLISE DE GÊNERO
THE DISCOURSE OF NEUTRALITY IN BRAZILIAN EDUCATION
IN A GENDER ANALYSIS**

Luana Dias dos Santos¹
Luiz Carlos Bento²

RESUMO: O presente tem como objetivo compreender os discursos e os projetos desenvolvidos por grupos neoconservadores e fundamentalistas religiosos, que tem o propósito de resguardar a moralidade e a família tradicional brasileira, implicando na existência de um pretenso ensino neutro. Para isso, o Movimento pelo Escola Sem Partido, propõe que debates em torno da identidade de gênero, sexualidade e movimentos sociais sejam inviabilizados nos espaços universitários e escolares, acreditando na despolitização da educação. Para tal análise, partimos das contribuições de feministas pesquisadoras que conceituaram o gênero e contrapõe os discursos sobre “ideologia de gênero”, criado, principalmente, pela Igreja Católica. Os debates sobre a neutralidade de ensino estão inseridos também dentro de uma lógica neoliberal, que implica na liberdade individual de escolha dos indivíduos. Portanto, os ataques à educação precisam ser contextualizados dentro de uma análise histórica e social dos acontecimentos globais, como o desenvolvimento do capitalismo e do surgimento de movimentos neoconservadores.

Palavras-chave: Gênero; educação; neutralidade; neoliberalismo.

ABSTRACT: This article aims to understand discourses and projects developed within neoconservative groups and religious fundamentalist, that has the purpose safeguard morality and the traditional brazilian families, implying the existence of an impartially education. Therefore, the Nonpartisan school movement offers that, a non-existence of dialogues around gender identity, sexuality, and socials movements in schools and universities, which they believed that needs a depoliticization educational system. Thus, we started from the contributions of searcher feminists who conceptualized gender and withstand discourses about “gender ideology,” created, primarily, by the Catholic Church. The debates about impartially on the education system it's also inserted within neoliberal ideology, which implies the debates about impartially on education it's also inserted within neoliberal ideology, which implies the individual liberty of choice. Therefore, the attacks at the education need to be contextualized inside the historical and social analysis about the global events, as well the capitalism development and the neoconservative movements rise.

Keywords: Gender; education; impartiality; neoliberalism.

1 Graduada em História pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

2 Doutor em História PPGH-UFG (2015), professor Adjunto na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Tutor do PET História Conexões de Saberes CPTL.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse texto parte da premissa inicial de que a Educação no Brasil está cada vez mais ameaçada por políticas que visam sua completa privatização e seu desmonte. Alguns dos exemplos que podemos elencar são a Reforma do Ensino Médio, que visa a retirada da obrigatoriedade para disciplinas como História, Geografia, Sociologia e Filosofia, onde o currículo escolar passa a ser dividido entre (1) linguagens e suas tecnologias, (2) matemática e suas tecnologias, (3) ciências da natureza e suas tecnologias, (4) ciências humanas e sociais aplicadas e (5) formação técnica e profissional gerando uma consequente reforma nas políticas de formação de professores impulsionada pela BNC formação que atinge de forma sensível o lugar dos cursos de licenciaturas no Brasil.

A reforma do ensino médio significa a desqualificação do profissional de educação, onde o professor precisará dar aulas sobre conteúdos que não tem relação direta com a sua formação inicial. Como aponta Castilho, “o Ensino Médio se transformará em um líquido indigesto e carregado de conteúdo sem nexos, isso porque um professor de biologia, por exemplo, não é formado para trabalhar com química, e vice e versa” (2017, p.2). Nesse sentido a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular impactam diretamente as licenciaturas (BNC Formação), ampliando o distanciamento entre o que se aprende nas universidades e os conteúdos e práticas colocados em cena pelo currículo escolar. Dessa forma, a própria ideia de docência foi diluída, pois as reformas neoliberais da educação almejam um perfil docente voltado para o mercado e não para o exercício profissional docente pautado numa formação acadêmica minimamente qualificada, e ao mesmo tempo, consolidando uma ideia vaga de professor polivalente que tem à disposição/condição para trabalhar diversos temas e conteúdos sem densidade epistemológica.

Além disso, educação brasileira enfrenta diversos problemas para o desenvolvimento de suas qualidades, principalmente, a dificuldade de pautar o debate sobre temas considerados ideológicos. À exemplo disso, o movimento Escola Sem Partido reivindica como um *etos* moral a defesa de uma pretensa neutralidade como uma política a ser implementada nas salas de aula, em que os professores são constrangidos a não elaborarem certos debates como discussões acerca de gênero, sexualidade, educação sexual e até mesmo,

no caso dos professores de história, dificuldades em ensinar processos históricos tais quais a Revolução Russa, Ditadura Militar brasileira e entre outros. Nosso intuito é problematizar os significados possíveis de um ensino político nas escolas, pois sabemos que todo gesto humano carrega as marcas da sua intencionalidade. O que significa, em particular, a neutralidade na educação? Para responder este questionamento, debruçamos sobre o projeto de lei acerca do Ensino Domiciliar no Brasil e o Movimento do Escola Sem Partido (MESP), que fazem parte de uma proposta reacionária fortificada com os movimentos conservadores de direita que se fortaleceram na cena pública nos últimos anos.

Para tal análise, consideramos necessário um olhar crítico de gênero, visto que o debate em torno das desigualdades de gênero e sexualidade, e as formas de ser e estar no mundo, são os grandes inimigos dos defensores do ensino neutro, e torna-se de extrema importância compreendermos a relevância e atualidade das reflexões de gênero nos espaços acadêmicos e escolares, sempre pautados pela interseccionalidade de raça e classe. Nesse sentido, elencamos as diferenças entre identidade de gênero e ideologia de gênero no primeiro tópico, partindo de estudos no campo da teoria feminista e da história. Em seguida, propomos compreender a significância das reivindicações por neutralidade no campo da educação como uma falácia, problematizando seus impactos para a educação brasileira contemporânea.

IDENTIDADE DE GÊNERO *VERSUS* IDEOLOGIA DE GÊNERO

Em 2012, Joan Scott escreveu o artigo “Os usos e abusos do gênero”, onde identificava a utilização da palavra “gênero” tanto por fundamentalistas religiosos que acreditam ser preciso combater o alcance desse termo na sociedade, quanto por feministas e pesquisadoras que vinham buscando definir os seus usos e finalidades. Percebendo a ameaça de religiosos e conservadores contra o conceito de gênero, Scott entendeu que o consenso sobre sua definição estava longe de estar resolvida. Os debates sobre os usos da palavra “gênero” se tornaram acalorados a partir de uma cartilha educacional distribuída na França, em 2011, que trazia fotos de casais (heterossexual e homossexual) e explicações sobre “identidade sexual” – referindo-se ao sistema reprodutor de homens e mulheres.

No caso, a palavra apareceu apenas uma vez no texto, mas foi motivo de protestos por parte da população religiosa conservadora. Gênero remetia a um “termo técnico empregado

pelos sociólogos para designar o reconhecimento social dos indivíduos, principalmente a atribuição da identidade sexuada pelos outros, mas também a descrição oferecida pelos indivíduos sobre si mesmo” (SCOTT, 2012, p.329). A bancada religiosa afirmava que gênero não era uma categoria científica ou filosófica, e sim, uma ideologia para “mudar” a cabeça dos jovens, pois pressupõe a não existência de diferenças entre homens e mulheres (como identidades fixas no sexo biológico). Além disso, acreditavam ser o gênero uma criação da filósofa norte-americana Judith Butler. Ironicamente, o texto da cartilha havia começado com uma frase da filósofa Simone de Beauvoir. Partindo de explicações biológicas sobre masculino e feminino/ homem e mulher, a Igreja ressalta que os papéis sociais a serem desempenhados devem seguir o molde tradicional, já que a “ideologia de gênero”, como denominaram, ameaçava, sobretudo, a família tradicional, além de corromper as crianças a não compreenderem seus papéis sociais de homem ou mulher (MIGUEL, 2016).

Contudo, a Igreja Católica não foi a única a se opor ao debate sobre gênero e sexualidade nos espaços escolares e acadêmicos como forma de desconstruir um ensino moralizante e desigual entre crianças e jovens. Fundamentalistas religiosos, em sua maioria cristãos de diferentes vertentes, compõe ao lado dos neoconservadores, grupos que consideram importante consolidar a noção de existência de uma “ideologia de gênero” e a necessidade de um ensino despolitizado e neutro.

Todavia, o termo gênero foi utilizado, primeiramente, por feministas nas décadas de 1970 e 1980, em análises acerca da subordinação das mulheres numa sociedade governada por homens. Em relação ao movimento feminista no Brasil, podemos compreender que este sofreu algumas “ondas” no decorrer dos anos, com pautas diferentes. A “primeira onda”, no início do séc. XX, centrou-se na luta e reivindicação por direitos políticos, sociais e econômicos. O da “segunda onda” apareceu após a Segunda Guerra Mundial e tinha como objetivo as “lutas pelo direito ao corpo, ao prazer e contra o patriarcado”, e a frase “o privado é político” foi muito utilizada. Neste momento também, as discussões sobre gênero efervescem (PEDRO, 2005, p.79). Apesar do termo “ondas” ser utilizado como uma denominação explicativa dos momentos pelos quais se construiu as diferentes análises sobre mulher/mulheres, que incluem tanto a luta por direitos políticos quanto reprodutivos, formando, posteriormente, o campo da teoria feminista e a formulação do gênero como categoria de análise, a noção de ondas também pode reforçar a ideia “da existência de centro

irradiadores e suas margens” (PEDRO, 2011, p. 271), que partem de produções de um centro (países desenvolvidos) em direção às margens (países subalternos e terceiro mundistas).

Desse modo, gênero era um norteador para entender que a realidade e as identidades não são simplesmente frutos da biologia. Por outro lado, a historiadora Joan Scott define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e como “uma forma primária de dar significado às relações de poder” (1990, p.8). Sendo assim, gênero é formado a partir de construções sociais e culturais, e representações simbólicas, que influem sobre os sexos, impactando diretamente nas formas como homens e mulheres vivenciam e experienciam a realidade. Como discute Joana Maria Pedro (2005), diferentemente de Robert Stoller que em 1968 usou gênero para diferenciar de sexo “o sentimento de ser mulher e o sentimento de ser homem”, e acreditava nas diferenças biológicas entre gênero e sexo, Joan Scott entende que gênero é uma construção histórica, social e cultural no “interior das relações de poder”. Em seu famoso artigo: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990), Scott observa como as diferenças entre gênero e sexo, são articuladas dentro da noção de poder. A historiadora compreende que, existem diferentes simbologias sobre a construção do gênero, principalmente em doutrinas, sejam elas políticas, educacionais ou religiosas, e envolvem mitos que consolidam uma imagem de homem e mulher a serem seguidos.

Além disso, como discute Simone de Beauvoir (2009), a forma com que educamos crianças – desde o momento da descoberta do sexo biológico do feto – constrói e consolida definições sobre o que significa masculino e feminino, que moldam os papéis sociais que serão desempenhados por homens e mulheres na sociedade. Os brinquedos, as brincadeiras, as roupas – rosa e azul – são mais que adereços e divertimentos, são representações simbólicas que contribuem, no caso das meninas, para definir papéis como o de mãe, esposa e do lar. Portanto, gênero é responsável por organizar as diferenças sexuais entre homens e mulheres, mas não pode ser considerado imutável ou fixo, pois parte de uma construção entre disputas de poder desiguais e múltiplas. As percepções sobre feminino e masculino não são as mesmas ao longo dos séculos, e essas variações são importantes para a análise de gênero.

Para algumas autoras, o gênero também era uma ferramenta importante para combater o determinismo biológico. Isso levou as teóricas de gênero a pensarem sobre como

o sexo biológico age na construção da identidade de gênero. Butler, a partir disso, propõe uma “teoria performática”, em que “a performatividade” do gênero é um efeito discursivo, e o sexo é um efeito do gênero”. Para ela não é uma questão dualista gênero/cultura e sexo/natureza. Diante disso, o sexo se forma de um “discurso/cultural” e não, como algo anterior a própria cultura (PEDRO, 2005, p.91). A ameaça ao redor do gênero e/ou identidade de gênero por parte da ala conservadora e dos variados fundamentalismos religiosos, são raramente baseados em estudos sobre o que realmente significa a utilização do gênero, tanto no ensino quanto na pesquisa acadêmica. Segundo Luis Felipe Miguel,

a percepção desta ameaça ganhou maior difusão e a atenção da cúpula católica sobretudo a partir das conferências internacionais sobre população e desenvolvimento (no Cairo, em 1994) e sobre as mulheres (em Pequim, em 1995), ambas patrocinadas pela Organização das Nações Unidas e nas quais a igualdade de gênero foi apresentada como objetivo importante a ser perseguido (MIGUEL, 2016, p.597).

A Igreja Católica tornou a identidade de gênero um tema a ser combatido, principalmente na educação, incitando a necessidade de *despolitizar* o ensino. No Brasil, denominou-se de “ideologia de gênero” os debates acerca da sexualidade, identidade de gênero, lutas e reivindicações de movimentos feministas e LGBTQI+. Pauta que rapidamente congregou setores influentes do neopentecostalismo brasileiro criando um consenso entorno da defesa conservadora da família, da pátria e conseqüentemente da própria moral cristã, que foram expressos pelo *slogan* “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” utilizado como um mantra nas eleições de 2018.

Analisando de perto, as reivindicações contrárias à “ideologia de gênero” tratam, em sua maioria, da oposição aos direitos demandados por grupos feminista, como os direitos reprodutivos das mulheres, a exemplo do aborto, a igualdade de gênero, a educação sexual nas escolas, entre outros. Diante disso, como aponta Garraio e Toldy (2020), os espaços educacionais e formativos foram os mais afetados com os discursos sobre o combate às discussões em torno do gênero. Isso mostra que a categoria é uma ameaça à forma estabelecida de controle dos corpos das mulheres, fortemente marcada pelo cristianismo que compreende o debate como uma “desnaturalização da ordem sexual estabelecida por Deus” (GARRAIO; TOLDY, 2020, p.134). Enquanto o gênero é utilizado como uma categoria de análise e uma forma de compreensão das formas de ser e estar no mundo, a ideologia de

gênero, fomentada dentro dos grupos religiosos e conservadores, pressupõe ser o “gênero” a destruição da família. Isto porque, existe a ilusão de que gênero e o feminismo surgiram para transformar as mulheres em homens e vice versa. No entanto, numa visão amplificada, o discurso da ideologia de gênero pode ser compreendido como um mecanismo de controle – uma lógica de poder de restituição da ordem, onde as mulheres permanecem subjugadas na ideia de inferioridade, com a obrigatoriedade de serem reprodutoras.

A luta contra o debate de gênero, expressa uma vontade política de afirmação de uma cultura patriarcal e colonialista que permeia a formação da cultura brasileira. Dessa forma, a vinculação entre conservadorismo nos costumes e liberalismo na economia resume uma vontade política de manutenção das diversas formas de violência colonialista que persistem nas práticas hodiernas de machismo, homofobia, misoginia, racismo como naturais e no limite, vistas como justificadas a luz de uma cosmologia bíblica profundamente binária que não dialoga com os avanços sociais, políticos e cognitivos contemporâneos. Nesse sentido, a defesa de uma pretensa neutralidade política que constrói silêncios sobre as desigualdades de gênero, raça e classe é uma forma estrutural de negacionismo que ataca de forma profunda e intencional os avanços das ciências humanas. Seu avanço deve ser entendido e combatido sistematicamente pelos profissionais da educação nas universidades e escolas brasileiras, deslindando aquilo que esses discursos querem esconder sob a aparência de neutralidade que é uma visão de mundo conservadora, autoritária, fundamentalista, negacionista e eurocêntrica.

PROJETOS DE NEUTRALIDADE NA EDUCAÇÃO: Uma falácia que visa a implementação do pensamento único

Atualmente, falar sobre educação no Brasil, é mostrar as consequências que a presença cada dia mais intensificada dos movimentos neoconservadores e de grupos fundamentalistas religiosos vêm exercendo dentro dos limites das leis educacionais. Projetos como o do Ensino Domiciliar e o movimento Escola Sem Partido, são algumas das reivindicações destes grupos. O Ensino Domiciliar é uma prática de ensino importada dos Estados Unidos (o *homeschooling*), em que os pais ou responsáveis ficam encarregados de desempenhar os papéis de professores e educadores dentro do lar. Já o programa Escola Sem Partido, foi desenvolvido no Brasil pela iniciativa do advogado Miguel Nagib e visa o

combate à “contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior” (ESP, 2019). De acordo com Cecchetti e Tedesco (2020), a maior parte dos grupos que reivindicam a validação por lei do Ensino Domiciliar e o policiamento de ideologias nas salas de aula, são religiosos. Isto tem relação direta com a necessidade de abster crianças e adolescentes ao que esses grupos consideram ferir à moral e religiosidade das famílias, sob a ideia de o

“perigo” advindo da diversidade, já que os estudantes na escola são obrigados a conviver com os diferentes, quanto a ideia de que os responsáveis pela educação das novas gerações são os pais, já que o Estado - logo as escolas - não devem educar, mas, sim, apenas ensinar conteúdos (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p.10).

No entanto, como destaca Gemilli (2020), mesmo se considerando apartidário e com uma proposta de “neutralidade ideológica”, o ESP tem maior adesão entre os partidos da extrema direita e direita. O movimento possui ideais similares aos encontrados entre movimentos neoliberais (mercantilização da educação e formação de mão de obra) e neoconservadores (moral, pátria e família como forma de manutenção dos privilégios do homem branco cristão estruturados pelo colonialismo). A possibilidade de converter o sistema público de educação centrado numa perspectiva laica em um modelo customizado de educação – que poderá entregar o que se busca para aqueles que podem pagar – atende tanto aos interesses de mercantilização quanto de doutrinação religiosa que sustentam as desigualdades de gênero. Portanto, o silenciamentos sobre essas questões atendem a um claro projeto de poder, que produz ou descaracteriza saberes com a intensão de produzir controle social.

Em relação a Educação Domiciliar, esta tomou espaço nos debates sobre educação a partir de 2010, com a formação da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED) em Belo Horizonte. A prática de ensino domiciliar tem relação direta com a noção de que a escola pode ser um lugar que contraria os ideais morais e religiosos da família e, portanto, deve ser uma escolha das famílias educar as crianças e adolescentes no lar e o ensino desempenhado pelos pais ou responsáveis, ao invés de profissionais qualificados para tal prática. O projeto de lei n.º 2.401, de 2019, que dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, destaca-se por incorporar, principalmente, o princípio de liberdade individual. Por este motivo, há uma necessidade de compreender tanto o projeto do Escola Sem Partido

quanto o de Educação Domiciliar com um olhar a partir dos ideais neoconservadores e religiosos.

Ante uma junção entre neoliberais e conservadores, os neoconservadores “afirmam a centralidade da sociedade como um lugar de crenças e laços sociais, baseados em uma série de valores morais comuns” e, contraditoriamente, “passam a defender, também, um foco no indivíduo e na sua capacidade de escolha” (LIMA; HYPOLITO, 2019, p.7). Numa perspectiva neoliberal, os valores que os neoconservadores incorporam se destacam por requisitar uma mínima interferência do Estado nos assuntos relacionados às decisões econômicas em diversos âmbitos da sociedade como o educacional e no sistema de saúde. Para isso, o aconselhável por esses grupos seria a privatização em massa desses setores, projeto que o pensamento neoliberal no Brasil vem a décadas buscando consolidar.

Desde os anos 1960 e 1970, quando se intensificaram os ideais da ideologia neoliberal, a privatização se tornou uma via para restabelecer a economia mundial em queda após a crise do petróleo, e que afetou diversos países ao redor do mundo. Em consequência, a política de Bem-Estar social em vigor, foi reavaliada como incapaz para gerir a economia do Estado durante a crise. Em linhas gerais, o surgimento do neoliberalismo estava ligado à crise econômica, mas isso não explica sua grande expansão por diferentes países. Para o historiador Perry Anderson (1995), um dos fatores influentes foi o fato da estrutura econômica e ideológica neoliberal ser aderida tanto por países com governos da ala da esquerda, quanto os da ala da direita-conservadora. Os principais países a implementar a política neoliberal foram os Estados Unidos, sob o governo de Ronald Reagan e a Inglaterra, com a Primeira-Ministra Margareth Thatcher e seus impactos diretos chegaram ao Brasil na década de 1990, nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Na prática, o governo inglês foi o mais genuíno e pioneiro na implementação das políticas neoliberais. Houve uma elevação das taxas de juros; baixaram os impostos sobre altos rendimentos, criaram níveis de desempregos maciços, aboliram os controles sobre fluxos financeiros e acabaram com greves, instaurando uma legislação anti-sindical. Neste mesmo aspecto, cortaram os gastos sociais, se lançando num amplo programa de privatizações inicialmente pelas habitações públicas e das indústrias básicas. É possível afirmar que o neoliberalismo é um corpo de doutrina coerente, militante autoconsciente, e decidido a transformar o mundo à sua imagem. Numa questão estrutural, ambiciona uma

extensão internacional. Segundo Perry Anderson, o neoliberalismo é uma doutrina provisória e inacabada, mas que consegue se reinventar, atuando há quase 15 anos nos países mais ricos do mundo, mas falhando economicamente ao não conseguir nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Contudo, não podemos deixar de notar que o neoliberalismo alcançou um êxito que seus fundadores não esperavam, disseminando a ideia de que não há alternativa fora da ideologia neoliberal e que a alternativa é a de todos se adaptarem a suas normas.

Da mesma forma, como ressaltam Lima e Hypolito, nos Estados Unidos, grupos conservadores culpabilizaram os movimentos que lutavam por direitos sociais e civis, principalmente, durante as décadas de 1960, acreditando haver “uma degeneração social”, o que implicava para esses grupos lutar pelos valores tradicionais da família e moralidade, de modo a resguardar o indivíduo (2019, p.4). Portanto, numa visão neoconservadora, a interferência do Estado na economia, significava também, uma afronta à liberdade individual de escolha, o que mostra a colaboração entre duas vertentes que se constituem de princípios diferentes, mas próximos. Em suma, o neoconservadorismo se apresenta

como uma forma dominante de apologia de ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado e reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais (LIMA; HYPOLITO, 2019, p.5).

Intrínseca a uma visão neoliberal de sociedade, o neoconservadorismo entende a necessidade de um mercado global e livre, enquanto, os mecanismos sociais são naturalmente subordinados às tradições morais, muitas vezes atreladas a uma explicação religiosa de discursos biologizantes sobre masculino e feminino. Nesse sentido, como um contraponto das ciências humanas a essa visão fossilizada de sociedade, a categoria gênero se torna essencial para desmitificar a ideia fechada de que homens e mulheres são formados somente por seu sexo biológico, em que se ignora as experiências e vivências, as atuações políticas e sociais, os sentidos de ser e estar no mundo, relacionalmente, e ainda “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre várias formas de interação humana” (SCOTT, 1990, p.89).

Portanto, enquanto categoria de análise histórica, ela ameaça o domínio judaico-cristão dos discursos e doutrinas religiosas. Em função disso, a negação e o enfrentamento

político em relação aos avanços produzidos pelos estudos de gênero, travestido no medo da “ideologia de gênero”, é visto como um dos principais perigos que educação na tem a oferecer às crianças e adolescentes numa perspectiva neoconservadora. Porque, a compreensão histórica dessa e de outras categorias possui um efeito libertador, pois coloca em cheque uma visão de mundo enrijecida, que nega a mudança (história) e de certa forma, nega a dinâmica da própria vida na sua complexidade, por rejeitar o diálogo e a alteridade em detrimento de uma cosmologia insustentável a luz dos avanços da ciência e da filosofia.

Nesse sentido, destacamos que os neoconservadores não são os únicos a lutarem por essa visão restrita de liberdade individual, implicando em políticas pretensamente “neutras” para a educação. Os grupos fundamentalistas religiosos que se alimentam de discursos neoconservadores também acreditam ser importante que os debates nas escolas não interfiram com posicionamentos contrários aqueles pregados nas instituições religiosas, numa clara cruzada contra os valores modernos que circundam a ideia de estado laico e estado democrático de direito. Um dos projetos desse grupo foi posto em votação na Câmara dos Deputados, recentemente elaborado pela Ministra da Mulher, Família e da Direitos Humanos (MDH), Damares Regina Alvez e o Ministro da Educação Abraham Bragança de Vasconcellos Weintraub, que propôs a implementação do Ensino Domiciliar no Brasil – projeto este que “almeja assegurar o direito de não enviar seus filhos à escola e educá-los em sua própria casa” (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p.4).

Essa aliança entre o neoconservadorismo e os fundamentalismos religiosos são perceptíveis no âmbito da política, a partir da aprovação de candidatura de personagens como Donald Trump nos Estados Unidos e de Jair Messias Bolsonaro no Brasil, e o Brexit na Inglaterra. Pensando no contexto brasileiro, a política bolsonarista não abre dúvidas para o forte apelo neoconservador e neoliberal com projetos como a reforma da previdência, o corte de financiamento à ciência e pesquisa, e ataques à educação com a promessa de uma Escola Sem Partido e um ensino neutro (JUNIOR, 2019). Além disso, pautas como Educação Sexual são veementemente repreendidas, pois acreditam infligir a moralidade e crenças religiosas, pela concepção errada de que educação sexual seja um incentivo à prática sexual. Contudo, como aponta Azadinho, Oliveira e Milani (2020, p.1734 *apud*)

A Educação Sexual deveria fornecer informações e organizar um espaço onde se realizariam reflexões e questionamentos sobre sexualidade. Deveria

esclarecer sobre os mecanismos sutis de repressão sexual a que estamos submetidos e sobre a condição histórico-social em que a sexualidade se desenvolve, a desenvolver uma comunicação mais clara nas relações interpessoais, a elaborar seus próprios valores a partir de um pensamento crítico, a compreender melhor seus comportamentos e o dos outros e a tomar decisões responsáveis a respeito de sua vida sexual (MAIA; RIBEIRO, 2011, p.79).

A Educação Sexual dentro de uma perspectiva de gênero, consegue evidenciar as desigualdades entre homens e mulheres e as violências que ocorrem a partir de pré-conceitos estabelecidos, já que crianças e adolescentes são indivíduos que carregam uma bagagem social e historicamente construída no seio familiar e escolar. Portanto, estigmas podem ser desconstruídos, possibilitando que os jovens compreendam as complexidades em torno das sexualidades, não restringidas somente à heteronormatividade, e por vezes, de gênero fluídos e não-binários. Nesse sentido, a Educação Sexual age como um dos mecanismos contra a violência de gênero e ao combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes, que por vezes não se reconhecem enquanto vítimas ou, a partir do contato com um profissional especializado, sentem segurança em denunciar seus abusadores já que, conforme apontam Lima e Leocádio (2021), o maior número de casos de violência e abuso sexual contra crianças acontecem no seio familiar, por parentes ou amigos próximos da família. Além disso, numa pesquisa desenvolvida pelos autores, é evidenciado que o número de casos aumentou significativamente entre 2018 e 2019.

Já no ano de 2020, com o impacto da crise sanitária mundial decorrente do vírus SARS-CoV-3, o número de denúncias sobre abuso sexual infantil diminuiu, e já totalizam uma média de 4,5% menor ao comparado com o número de casos denunciados em 2019 (MARTINS, SILVA, 2021). Conforme a matéria publicada na revista *Gênero e Número*, a diminuição do número de relatos não significa que eles aconteceram em menor escala. Pelo contrário, com a pandemia e o isolamento social, houve uma maior dificuldade de serem realizadas as denúncias, pois a maior parte dos casos de violência sexual infantil são intrafamiliares. A reportagem ainda reforça o papel das escolas e da Educação Sexual no combate ao abuso sexual infantil, por ser um espaço socializador e formador, que previne e acolhe crianças e adolescentes. A falta de implementação de políticas voltadas para a formação continuada de professores sobre Educação Sexual e o controle dos discursos

conservadores, mostra uma deficiência do Estado em lidar com a situação. Esse problema se dá, principalmente, pois:

o Brasil está vivenciando a presença de uma ‘cultura evangélica’ que dia a dia tem maior visibilidade em diferentes espaços públicos e privados e, por meio da aliança com o governo federal e a construção de um bloco evangélico no Congresso, ganha cada vez mais influência na política educacional do Brasil” (Krawczyk, 2020, p.16).

Segundo o site do Programa Escola Sem Partido, o movimento que se coloca como apartidário, afirma não existir uma restrição ao professor em abordar discussões de gênero. Ao mesmo tempo, repreende professores que adotam um “dogmatismo ou proselitismo”, ou seja, “ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa — isto é, com a mesma profundidade e seriedade — as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito”. Quer dizer que, não necessariamente o professor deve basear-se na cientificidade com que a pesquisa de gênero é desenvolvida, mas nas diversas teorias, sejam elas de senso comum ou não.

Ao considerarmos o discurso sobre neutralidade na educação, é necessário elencar que a figura do profissional da educação é posta em evidência como aquele que “faz uso de sua autoridade para manipular seus alunos em diferentes aspectos, da sexualidade ao envolvimento político, conforme seus desejos” (SILVA, 2017, p.168). Nesse sentido, a formação pedagógica é desconsiderada e se torna um debate no campo do senso comum sobre o papel a ser desempenhado pelos profissionais da educação. Em suma, podemos afirmar haver uma “confluência do conservadorismo e do fundamentalismo numa guerra ideológica pelo protagonismo na formação do ‘novo homem’ brasileiro” (Krawczyk, 2020, p.17 APUD BURITY, 2018, p.16), e busca retirar o lugar de fala do professor entendido enquanto sujeito de pensamento, consciente e ativo que professa o que aprende numa formação lenta e gradual que envolve preparação, investimento e compromisso social com o conhecimento produzido academicamente no interior das ciências modernas.

Dessa forma, a perseguição aos estudos de gênero e a defesa de uma propalada neutralidade de tendência ante epistêmica, se somam as diversas formas atuais de negacionismos mobilizados pela linguagem neoconservadora de matiz autoritária e colonialista, que nas últimas décadas criaram uma cultura política caracterizada pela

desconfiança e perseguição contra a universidade, a escola e os professores que buscam fazer das redes sociais novos espaços autorizados e confiáveis da produção de saber, que mobilizam afetos por meios de notícias falsas e distorções da realidade que convencionamos chamar de *Fake News*. Um dos principais desafios para a sociedade contemporânea, é devolver para as escolas e para as universidades os fundamentos do princípio educacional. Não só para as escolas e universidades, mas também para os professores e sobretudo para a ciência pensada como atividade laica e reflexiva. As intencionalidades políticas e pedagógicas que orientam a educação, precisam levar em conta as especificidades da comunidade social e humana, conseqüentemente histórica aos quais elas se ajustam. Só assim elas podem ser justas, eficazes e eficientes para os fins aos quais se destinam, que devem ser pensadas sempre a luz das necessidades práticas da vida social.

A historicidade das mais diversas comunidades humanas deve ser levada em consideração no momento de pensar a educação, que é sempre um projeto político, nesse sentido ela deve ser pensada como um projeto social e coletivo, mas também como um processo pedagógico, ou seja, ela deve ser pensada por profissionais qualificados para tal atividade e não por demagogos e moralistas de plantão. Com as reformas neoliberais em curso, tanto o currículo, quanto os conteúdos e as formas de gestão desses conteúdos nas universidades e nas escolas, são definidos por agentes externos ao ambiente escolar e a sua comunidade profissional que deve ser em primeira instância os professores formados e qualificados para tal fim. Atualmente esses valores são pensados pela lógica do mercado, cujas as competências e habilidades são imposições externas, pensadas, controladas e impostas de cima para baixo e de fora para dentro das escolas e universidades. Combater esse processo de socialização da exclusão por vias pretensamente inclusivas é fundamental para uma educação crítica e atualizada. Essas reformas não representam nenhum ganho prático, técnico, epistêmico, moral ou financeiro para o campo educacional no Brasil, pelo contrário, elas acirram as desigualdades reforçando um sentido dualizado de sociedade onde a ideia de disciplina, resiliência e competência, apartadas de uma capacidade mais ampla de reflexão, se tornam meros lugares de produção de controle. Se no passado a escola foi chamada de aparelho ideológico de estado, hoje ela pode ser chamada de uma instância pública que verbaliza uma moral (conservadora) e um comportamento de setores privados e privatistas (neoliberais) como sendo políticas de estado, acirrando os processos de

produção estrutural das desigualdades. A educação neoliberal, assim como o discurso histórico que ela pretende veicular, opera sobre mecanismos de seleção e exclusão, mascarados sob um discurso de inclusão, que se consubstancia no slogan do “todos na escola”, porém como nos lembra Tardif:

O princípio por trás da democratização escolar é o seguinte: todos os alunos são iguais perante a escola. No entanto, se o princípio permanece na retórica estatal e internacional, a realidade é bem outra: os alunos pobres, os alunos vindos de minorias étnicas ou imigrantes, as crianças de bairros populares e operários, as crianças das áreas distantes e rurais, os alunos com dificuldade de aprendizagem ou de comportamento estão cada vez mais confinados a estabelecimentos que oferecem serviços educacionais de qualidade inferior” (TARDIF, 2000, p. 566).

Nessa lógica as responsabilidades para obtenção de êxito educativo são atribuídas ao indivíduo reproduzindo um velho mito do liberalismo, que reforça a lógica de que o sucesso é da escola, o fracasso é do professor e o mérito ou demérito é do aluno. Uma historiografia e um atuação docente que se queira crítica, tem que necessariamente trabalhar para a superação prática, técnica e epistêmica das condições atuais de existência, que foram impostas a todos nós nas primeiras décadas do século XXI. Nosso movimento e clamor deve ser por ruptura e não por reforma ou continuidade, mas sim por transformações efetivas feitas pela alteração das bases estruturais e dos valores sobre os quais erigiram-se a sociedade capitalista contemporânea e no interior dela, nos últimos 30 anos a figura da escola e da universidade pública, pensada, administrada e gerida como empresa privada. Da qual a figura e representação do professor de história como peça frágil, desnecessário ou descartável é um resultado direto e imediato, que a reforma do ensino médio e a BNCC só potencializaram na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das reformas neoliberais e dos ataques reiterados a educação nas primeiras décadas do século XXI, não há outra postura possível que não seja a luta e o enfrentamento, pois como sabemos, eles possuem potencial transformador. Dessa forma, produzir pesquisas qualificadas e socialmente referenciadas sobre a importância social das

universidades, dos professores e da educação é fundamental para garantir nossa participação enquanto agentes importantes para o entendimento das demandas do presente, bem como para, garantirmos nosso lugar de fala enquanto comunidade profissional, que tenha sua produção reconhecida e validada pelo público, ao qual todo saber produzido a partir de uma universidade pública deve estar voltado.

No atual contexto em que o negacionismo e a mentira se tornam uma política de estado, a ciência, a universidade e os(as) professores(as) tornam-se inimigos a serem combatidos, pois o que está em jogo é a produção e reprodução de adesão e não de conhecimento e descoberta, nesse campo o pensamento crítico torna-se um entrave aos desígnios irracionais do poder. Em um mundo liberal, onde o estado socializa para os pobres e trabalhadores os custos e riscos do mercado, e privatiza a riqueza para os ricos, podemos entender o fenômeno atual das *Fake News* como uma estratégia para tomar conta do orçamento público.

Dessa forma, o ataque a educação pública (laica) e a defesa de uma educação customizada (sem partido, sem crítica, sem ciências humanas, sem arte, sem reflexão) que as reformas neoliberais aprofundaram na educação básica e nas universidades, foram meios para um fim. Construir a imagem pública da universidade como um espaço de “libertinagem e balburdia”, da escola como lugar de “doutrinação” e do professor como “doutrinador esquerdista” que ensina “ideologia de gênero” destruidora da família e o “comunismo” que destrói a “economia da nação” foram argumentos construídos para justificar a entrega sistemática de setores da educação pública as demandas do mercado. Enquanto professores é imperativo entender e insurgir-se contra esse processo que ameaça à liberdade de pensamento, valor ao qual não podemos jamais abrir mão.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

AZADINHO, Mariana Passafaro M. **OLIVEIRA**, Angelita de Lima. **MILANI** Débora Raquel da C. A Educação Sexual e a promoção da equidade de gênero no enfrentamento da violência doméstica. Araraquara: Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.24, n.3, 2020. p. 1727-1742

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo. Tradução Sérgio Millet. – 2ª Edição – Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2009.

BRASIL, CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projeto de Lei nº 2401/2019. Dispõe sobre o exercício do direito à educação domiciliar, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 Brasil - Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <prop_mostrarintegra;jsessionid=C5F58BD34BAD023F686924361C638DD3.proposicoes WebExterno2amara.leg.br> Acesso: 03/09/2021

CASTILHO, Denis. A reforma do ensino médio: desmonte na educação e inércia do enfrentamento retórico. Geodiálogos, v.1, n.4, 2017.

ESP - ESCOLA SEM PARTIDO. Disponível em: <Home - Escola Sem Partido> Acesso em: 06/09/2021.

GARRAIO, Júlia. **TOLDY**, Teresa. “Ideologia de gênero”: origem e disseminação de um discurso antifeminista. São Paulo: Mandrágora, v.26, n.1, 2020. Pp. 129-155.

GEMELLI, Catia Eli. A quem serve a “neutralidade”? Análise do movimento escola sem partido à luz da ideologia gerencialista. Trabalho necessário, v.18, n.35, 2020. p. 288-309.

LIMA, Bárbara L. T. **LEOCÁDIO**, Jéssica F. Educação infantil como meio de prevenção ao abuso sexual. Conteúdo Jurídico, 2021.

LIMA, Iana G. **HYPOLITO**, Álvaro M. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. São Paulo: Educ. Pesquisa. V.45, e190901, 2019. pp. 1-15.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. Rio de Janeiro: Direito & Práxis, vol. 7, n.15, 2016, p.590-691.

JUNIOR, Paulo R. S. A influência do neoconservadorismo nos estudos de gênero no Brasil. Belém: Revista de Gênero, Sexualidade e Direito, v.5, n.2, 2019. p.55-73.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. Cornell University Press, 1999.

OLIVEIRA, Romualdo L. P. **BARBOSA**, Luciane. R. O neoliberalismo como um dos fundamentos da educação domiciliar. Campinas: Proposições, v.28, n.2, 2017. pp.193-212.

PEDRO, Joana M. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. São Paulo: História, v.24, n.1, 2005. pp.77-98.

_____. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. Rio de Janeiro: Revista Topoi, v.12, n.22, jan.-jun., 2011. pp. 270-283.

SCOTT, Joan. “Experiência”. In **SILVA**, Alcione Leite da; **LAGO**, Mara Coelho de Souza; **RAMOS**, Tânia Regina Oliveira. (Orgs.) Falas de gênero. Florianópolis Editora Mulheres, 1999, pp. 21-55.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.

_____. Os usos e abusos do gênero. São Paulo: Projeto História, n. 45, 2012. pp. 327-351.

SILVA, Vitória R. **MARTINS**, Flávia B. Denúncias de violência sexual infantil no Disque 100 caem em 2020, mas pandemia pode impactar na subnotificação dos casos. Gênero e Número, 2021. Disponível em: <Impacto da pandemia nas denúncias de violência sexual infantil (generonumero.media)>. Acesso em: 02/09/2021.

SILVA, Vera Lucia M. Educação, Gênero e Sexualidade: algumas considerações sobre o Programa *Escola sem Partido*. Revista Café com Sociologia, v.6, n.1, 2017. Pp. 158-172.

SOUZA, Andrea. Religião e Educação: as marcas do fundamentalismo religioso no programa “Escola sem Partido”. Juiz de Fora: Religare, v.16, n.1, 2019. Pp. 09-33.

SILVA, Clemildo A. **ALMEIDA**, Emanuel R. **FERRO**, Karla Érica F. Homeschooling e a negação do direito à educação: um desdobramento do estado neoliberal. Porto Alegre: Ciência em movimento, v.21, n.42, 2019

TAILCHE, Khalid B. M. Contrapontos no Pensamento Fundamentalista: para uma análise crítica. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. Tese de doutorado.

TARDIF, Maurice. Saberes profissionais dos professores e conhecimentos universitários: elementos para uma epistemologia da prática profissional dos professores e suas consequências em relação à formação para o magistério. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Educação, n. 13, jan./fev./mar./abr., pp. 5-24, 2000.